

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia

A Companhia Energética do Maranhão - CEMAR ("Companhia"), empresa de economia privada de capital aberto, com sede em São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia S.A., é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo, prestar serviços técnicos de sua especialidade, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado da BM&FBovespa.

2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do estado do Maranhão, abrangendo uma área de concessão de 333 mil Km², regulada pelo Contrato de Concessão nº 060 de 28 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a CEMAR e o acionista controlador, o qual permanece com o seu termo de vigência em agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

3 Elaboração e apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais findas em 30 de setembro de 2012 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Estas Informações Trimestrais foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, descritas na nota explicativa nº 3 da referida demonstração e, portanto, devem ser analisadas em conjunto.

Adicionalmente as informações trimestrais contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 – Demonstrações Intermediárias, bem como outras informações consideradas relevantes.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 24 de outubro de 2012.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Numerários disponíveis	13.539	24.584
Investimentos financeiros	464.445	399.879
Total	<u>477.984</u>	<u>424.463</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de curto prazo.

Os investimentos financeiros correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, e são remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a rentabilidade média do trimestre é de 102,4% e, estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

Os investimentos financeiros são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, resgatáveis em período menor que 90 dias da data da contratação dos instrumentos. As aplicações financeiras da CEMAR têm liquidez diária num prazo inferior a 90 dias, independentemente de seu prazo de vencimento. Elas poderão ser resgatadas, a partir do início da sua liquidez diária, a qualquer tempo sem perdas relevantes de seus rendimentos. A Companhia considerou esses ativos circulantes como equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5 Consumidores – Líquido PCLD

	30/09/2012						31/12/2011		
	Vencidos								
	Vincend os	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	PCLD	Total Líquido PCLD	Total	PCLD	Total Líquido PCLD
Fornecimento faturado									
Residencial	67.384	65.465	16.459	149.308	26.633	122.675	146.399	21.563	124.836
Industrial	15.722	3.271	4.598	23.591	1.687	21.904	21.288	3.251	18.037
Comercial, serviços	34.978	12.910	4.408	52.296	2.558	49.738	50.826	2.784	48.042
Rural	5.201	2.987	2.900	11.088	569	10.519	9.885	635	9.250
Baixa renda (b)	29.783	-	-	29.783	-	29.783	14.072	-	14.072
Viva luz (b)	7.875	-	-	7.875	-	7.875	1.753	-	1.753
	160.943	84.633	28.365	273.941	31.447	242.494	244.223	28.233	215.990
Poder público	13.219	8.500	1.962	23.681	808	22.873	20.769	3.732	17.037
Iluminação pública	8.121	3.653	866	12.640	290	12.350	7.991	391	7.600
Serviço público	8.775	10.284	10.408	29.467	287	29.180	16.313	273	16.040
	30.115	22.437	13.236	65.788	1.385	64.403	45.073	4.396	40.677
Fornecimento não faturado									
PERCEE	128	-	-	128	-	128	126	-	126
Encargo de capacidade emergencial	-	-	3	3	-	3	3	-	3
Parcelamento	158.896	23.229	23.333	205.458	8.599	196.859	201.130	7.251	193.879
Parcelamento - ajuste a valor presente	(3.772)	-	-	(3.772)	-	(3.772)	(3.648)	-	(3.648)
Outros	6.102	6.571	3.523	16.196	10.185	6.011	10.289	6.570	3.719
	228.509	29.800	26.859	285.168	18.784	266.384	268.662	13.821	254.841
Subtotal - Consumidores	419.567	136.870	68.460	624.897	51.616	573.281	557.958	46.450	511.508
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	8.010	-	4.731	12.741	197	12.544	12.088	197	11.891
Concessionárias	920	-	-	920	-	920	388	-	388
Cheques em cobrança	-	-	2.220	2.220	2.220	-	2.220	2.220	-
Serviços prestados a terceiros	-	-	7.418	7.418	528	6.890	9.310	528	8.782
	8.930	-	14.369	23.299	2.945	20.354	24.006	2.945	21.061
Total	428.497	136.870	82.829	648.196	54.561	593.635	581.964	49.395	532.569
Ativo circulante	360.697	136.870	80.609	578.176	52.341	525.835	508.346	45.757	462.589
Ativo não circulante	67.800	-	2.220	70.020	2.220	67.800	73.618	3.638	69.980

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em atendimento a Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos e passivos, utilizando-se as taxas de juros que refletem a natureza desses ativos no que tange o prazo, risco, moeda, condição de recebimento prefixada ou pós-fixada. A Companhia registrou em 30 de setembro de 2012, R\$3.772 a título de Ajuste a Valor Presente (AVP) sobre parcelamentos (R\$3.648 em 31 de dezembro de 2011), sendo R\$124 a débito do resultado financeiro utilizando as taxas de juros que refletem a natureza desses ativos no que tange o prazo, risco, moeda, condição de recebimento pré-fixada ou pós-fixada.

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2011	Provisões Adições	Reversões (Baixas)	30/09/2012
Fornecimento faturado				
Residencial	21.563	6.273	(1.203)	26.633
Industrial	3.251	803	(2.367)	1.687
Comercial, serviços e outras	2.784	416	(642)	2.558
Rural	635	113	(179)	569
	<u>28.233</u>	<u>7.605</u>	<u>(4.391)</u>	<u>31.447</u>
 Poder público	 3.732	 986	 (3.910)	 808
Iluminação pública	391	169	(270)	290
Serviço público	273	253	(239)	287
	<u>4.396</u>	<u>1.408</u>	<u>(4.419)</u>	<u>1.385</u>
Parcelamento	7.251	2.255	(907)	8.599
Outros	6.570	5.574	(1.959)	10.185
	<u>13.821</u>	<u>7.829</u>	<u>(2.866)</u>	<u>18.784</u>
 Subtotal - Consumidores	 <u>46.450</u>	 <u>16.842</u>	 <u>(11.676)</u>	 <u>51.616</u>
 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	 197	 -	 -	 197
Cheques em cobrança	2.220	-	-	2.220
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
	<u>2.945</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.945</u>
Total	<u>49.395</u>	<u>16.842</u>	<u>(11.676)</u>	<u>54.561</u>
 Ativo circulante	 45.757	 16.842	 (10.258)	 52.341
Ativo não circulante	3.638	-	(1.418)	2.220

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Provisões	Reversões	
	31/12/2010	Adições	(Baixas)	30/09/2011
Fornecimento faturado				
Residencial	23.613	960	(4.367)	20.206
Industrial	864	959	(729)	1.094
Comercial, serviços e outras	2.802	535	(545)	2.792
Rural	466	388	(228)	626
	<u>27.745</u>	<u>2.842</u>	<u>(5.869)</u>	<u>24.718</u>
 Poder público	925	225	(338)	812
Iluminação pública	71	678	(307)	442
Serviço público	488	226	(392)	322
	<u>1.484</u>	<u>1.129</u>	<u>(1.037)</u>	<u>1.576</u>
 Parcelamento	6.054	2.206	(1.496)	6.764
Outros	8.207	6.993	(2.187)	13.013
	<u>14.261</u>	<u>9.199</u>	<u>(3.683)</u>	<u>19.777</u>
 Subtotal - Consumidores	<u>43.490</u>	<u>13.170</u>	<u>(10.589)</u>	<u>46.071</u>
 Câmara de Comercialização de Energia				
Elétrica - CCEE	197	-	-	197
Cheques em cobrança	5.254	89	(220)	5.123
Serviços prestados a terceiros	528	-	-	528
	<u>5.979</u>	<u>89</u>	<u>(220)</u>	<u>5.848</u>
 Total	<u>49.469</u>	<u>13.259</u>	<u>(10.809)</u>	<u>51.919</u>
 Ativo circulante	45.831	13.259	(10.809)	48.281
Ativo não circulante	3.638	-	-	3.638

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os demais casos aplicamos a regra abaixo:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais de 360 dias.

(b) Baixa renda e viva luz

Por meio da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, foram unificados os critérios para concessão da tarifa social de energia elétrica (TSEE) em todo o Brasil, o que garante um desconto nas tarifas de energia elétrica para as famílias de baixa-renda. A mesma Lei, em seu art. 13, criou mecanismo para compensar a perda de receita das distribuidoras gerada pelo desconto, por meio de uso de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, na forma de subvenção econômica.

Os procedimentos para a homologação da subvenção econômica para os consumidores integrantes da subclasse residencial de Baixa Renda foram estabelecidos pela Resolução Normativa nº 089, de 25 de outubro de 2004, e suas alterações. A Companhia apura, mensalmente, os valores de subvenção a serem recebidos, conforme o rito estabelecido pela Resolução.

Recentemente os critérios de concessão da tarifa social foram aprimorados por meio da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, regulamentada pela ANEEL através da REN 414/2010. Ainda em 13 de outubro de 2011, foi publicado o Decreto nº 7.583, que estabeleceu a concessão da CDE para os novos critérios da TSEE estabelecidos na nova lei.

Lançado em novembro de 2009 o programa Viva Luz, criado pelo governo do Estado do Maranhão, tem como objetivo beneficiar os consumidores residenciais pertencentes à subclasse residencial baixa renda, que apresentem consumo mensal de até 50 kWh, através da isenção do pagamento de suas contas de luz, via repasse do governo à Companhia.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6 Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

Impostos e contribuições a recuperar

	30/09/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS a recuperar CIAP (a)	36.568	52.564	36.609	39.739
Outros	1.159	582	1.044	582
Total	37.727	53.146	37.653	40.321

(a) Com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, a Companhia vem registrando ICMS a recuperar CIAP decorrente das aquisições de bens classificados no ativo intangível em conformidade ao ICPC 01.

Impostos sobre o lucro a recuperar

	Circulante	
	30/09/2012	31/12/2011
IRRF sobre aplicação financeira	11.759	7.456
IRPJ a restituir	873	4.158
IRPJ e CSLL retido na fonte	3.589	2.993
Total	16.221	14.607

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e, imposto de renda sobre prejuízos fiscais considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desta forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

a. Composição dos créditos de imposto de renda e contribuição social

	30/09/2012	31/12/2011
IRPJ prejuízos fiscais	171.496	171.496
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	(117.292)	(95.758)
Total	54.204	75.738

A composição do IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias é apresentada a seguir:

	30/09/2012	31/12/2011
Contingências	17.740	17.588
PCLD	22.846	19.656
Tributos Com Exigibilidade Suspensa	50.478	43.021
Ativos/Passivos Regulatórios	9.073	4.724
Ajustes RTT (Lei 11.638/2008)	(4.901)	(4.166)
Depreciação Acelerada	(218.467)	(187.952)
Outras despesas não dedutíveis	5.939	11.371
	(117.292)	(95.758)

Abaixo segue a movimentação das diferenças temporárias:

IRPJ e CSLL diferenças temporárias em 31/12/2011	(95.758)
Adições temporárias	148.398
Exclusões	(169.932)
IRPJ e CSLL diferenças temporárias em 30/09/2012	(117.292)

IRPJ e CSLL diferenças temporárias em 31/12/2010	(69.550)
Adições temporárias	134.515
Exclusões	(153.971)
IRPJ e CSLL diferenças temporárias em 30/09/2011	(89.006)

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2020, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de Realização	2012	2013	2014	2015	2016	2017 a 2020	Total
Impostos Diferidos	13.637	13.884	18.827	18.992	25.245	80.911	171.496

Os referidos benefícios estão sendo considerados nas projeções acima.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, a CEMAR não realizou imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, pois tem optado pela realização dos benefícios de depreciação acelerada até 2013, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, e é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de fevereiro de 2012.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, é demonstrada como segue:

	30/09/2012		30/09/2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto (IRPJ) de renda e da contribuição social (CSLL)	284.862	284.862	235.332	235.332
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	71.216	25.638	58.833	21.180
Adições :				
Provisão para contingências	13.044	4.696	13.925	5.013
Provisão para crédito de liquidação Duvidosa	16.194	5.830	12.070	4.345
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência Energética	1.712	616	1.712	616
Outras despesas não dedutíveis	78.566	28.290	72.609	26.146
	109.516	39.432	100.316	36.120
Exclusões:				
Reversões de provisões, reposicionamento tarifário diferido e ativos Regulatório	(102.513)	(36.906)	(112.764)	(40.595)
Depreciação acelerada	(30.515)		(840)	
	(133.028)	(36.906)	(113.604)	(40.595)
IRPJ e CSLL	47.704	28.164	45.545	16.705
Incentivo PAT	(786)		(725)	
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	46.918	28.164	44.820	16.705
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL Diferidos)	16,47%	9,89%	19,05%	7,10%
Ativo Fiscal Diferido	23.914	(2.377)	14.528	4.928
(+) IRPJ Subvenção Governamental (a)	(46.918)		(44.820)	
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	23.914	25.787	14.528	21.633
Alíquota efetiva com ativo fiscal Diferido	8,39%	9,05%	6,17%	9,19%

(a) Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012 foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita.

8 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza da operação	30/09/2012			31/12/2011		
			Ativo	Passivo	Resultado / Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
Eletrobras	(a)	Empréstimo	-	465.583	32.178	-	468.853	25.167
		Dividendos	-	31.627	-	-	15.697	-
FASCEMAR	(b)	Contrato de confissão de dívida	-	17.555	3-354	-	20.956	2.922
		Previdência Privada	-	-	-	-	-	1.983
Equatorial Energia	(c)	Contrato de compartilhamento	154	-	-	39	-	-
		Dividendos	-	61.207	-	-	30.919	-
GERAMAR	(d)	Compra de energia elétrica	-	121	630	-	-	818
Equatorial Soluções	(e)	Contrato de compartilhamento	79	607	-	-	702	-

(a) Os valores com a Eletrobras são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos. Os contratos de empréstimos com a Eletrobras são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil, veja nota explicativa nº 12.

(b) Os valores com a FASCEMAR são provenientes das contribuições da patrocinadora CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar. As condições do plano

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de previdência da CEMAR com a FASCEMAR estão descritas na nota explicativa nº 25.

- (c) Os valores com a Equatorial Energia S.A. (Controladora da CEMAR) são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas; e de dividendos a pagar.
- (d) O valor com Geradora de Energia do Norte S.A. (“GERAMAR”) é proveniente do contrato de compra de energia elétrica CCEAR Nº 5555/2007 - 29413N - 29414N, que é pactuado em condições normais de mercado, com vigência até 2024.
- (e) Os valores com a Equatorial Soluções são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria foi fixada em até R\$10.500, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 19 de março de 2012.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período encerrado em 30 de setembro de 2012:

Conselho de Administração

Remuneração fixa:	100%
-------------------	------

Diretoria

Remuneração fixa:	32%
-------------------	-----

Remuneração variável:	68%
-----------------------	-----

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no período:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	9	8	17
Remuneração Fixa Anual	378	2.151	2.529
Salário ou Pró-labore	378	2.102	2.480
Benefícios diretos e indiretos	-	49	49
Remuneração variável	-	4.478	4.478
Bônus	-	4.478	4.478
Benefícios pós emprego	-	55	55
Valor total da remuneração por órgão	378	6.684	7.062

A Equatorial Energia S.A., controladora da CEMAR, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia sem ônus nos contratos de financiamentos abaixo listados:

INSTITUIÇÃO	VALOR DO FINANCIAMENTO	% DO AVAL	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR LIBERADO	30/09/2012
3ª Emissão Pública de Debêntures	267.300	100	01/03/2007	01/03/2013	267.300	161.244
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	776	100	25/03/2010	15/10/2019	776	689
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	24.811	100	17/08/2010	15/04/2020	16.298	15.522
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (10/473589-0)	79.663	100	11/03/2008	15/07/2013	79.751	16.814
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (10.2.1736.1)	100.000	100	22/12/2010	15/12/2013	100.000	69.527
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (11.2.0841.1)	193.023	100	11/11/2011	15/11/2021	174.252	157.301
Banco do Nordeste do Brasil - BNB	136.076	100	23/11/2005	28/02/2017	136.076	65.565
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2007.4165.2386)	9.652	100	06/12/2007	06/12/2012	9.652	607
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	144.939	100	05/02/2009	05/02/2021	144.939	147.104
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	2.637	100	13/06/2006	30/06/2013	2.637	424
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	11.519	100	07/11/2011	15/03/2020	4.527	4.535
International Finance Corporation – IFC *	135.056	50	01/02/2008	15/01/2016	135.056	74.008
Total	1.105.452				1.071.264	713.340

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9 Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão. Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes, veja Nota 21.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	30/09/2012			31/12/2011		
	Custo	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido	Custo	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	544.215	(161.749)	382.466	220.994	(141.780)	79.214

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2011	Reclassificação (a)	Capitalização	30/09/2012
Ativo financeiro	220.994	216.543	106.678	544.215
Obrigações especiais	(141.780)	-	(19.969)	(161.749)
Ativo financeiro	79.214	216.543	86.709	382.466

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

(a) A Resolução Normativa da ANEEL Nº 474 de 07 de fevereiro de 2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL Nº 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação desta resolução, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou na reclassificação de R\$216.543 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Medida Provisória 579

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

A partir da publicação desta Medida Provisória, as concessões de distribuição de energia elétrica alcançadas pelo art. 22 da Lei no. 0.074 de 1995 poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos.

É entendimento da Companhia que a referida Medida Provisória se aplica às concessões vincendas entre 2015 e 2017. Como a subsidiária da Companhia, a CEMAR, possui concessão vincenda em 2030, os efeitos desta medida provisória naquela data, ou possíveis alterações em seu texto, mesmo após promulgada a Lei, não podem ser estimadas ou mesmo classificadas como aplicáveis neste momento.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caso aplicável à CEMAR, alguns dos principais efeitos seriam: (i) a determinação da indenização do valor dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados com base no Valor Novo de Reposição, adotando-se o banco de dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o banco de preços homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A CEMAR adota o valor residual contábil como metodologia para cálculo do valor indenizatório e como consequência como valor para cálculo dos efeitos da adoção da Interpretação Técnica ICPC01 – (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão; (ii) Mudança da taxa de retorno utilizada para cálculo do ativo financeiro em virtude da prorrogação da concessão.

10 Intangível

O intangível está constituído da seguinte forma:

		30/09/2012			
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	3,77%	3.109.794	(1.086.840)	(863.262)	1.159.692
Em curso		474.245	-	(112.085)	362.160
Total		3.584.039	(1.086.840)	(975.347)	1.521.852

		31/12/2011			
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,00%	3.141.793	(992.412)	(807.132)	1.342.249
Em curso		325.489	-	(109.488)	216.001
Total		3.467.282	(992.412)	(916.620)	1.558.250

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A mutação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	31/12/2011	Reclassificação 9(a)	Adições	Baixas	Capitalização	30/09/2012
Em Serviço	3.141.793	(216.543)	-	(10.674)	195.218	3.109.794
(-) Amortização	(992.412)	-	(101.889)	7.461	-	(1.086.840)
Total em serviço	2.149.381	(216.543)	(101.889)	(3.213)	195.218	2.022.954
Em curso	325.489	-	450.652	-	(301.896)	474.245
Total	2.474.870	(216.543)	348.763	(3.213)	(106.678)	2.497.199
Obrigações especiais (b)	(916.620)	(24.162)	(50.303)	-	15.738	(975.347)
	1.558.250	(240.705)	298.460	(3.213)	(90.940)	1.521.852

(a) A Resolução Normativa da ANEEL Nº 474 de 07 de fevereiro de 2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL Nº 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação desta resolução, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e o consequente aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, houve uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, em decorrência da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

A Companhia realizou os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da Concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou na reclassificação de R\$216.543 da conta de ativo intangível para o ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Obrigações Especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

O ativo intangível da Companhia é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até agosto de 2030, conforme ICPC01. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infra-estrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infra-estrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

a. Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	30/09/2012	31/12/2011
Obras em andamento	383.258	264.050
Materiais em depósito	86.861	55.189
Adiantamento a fornecedores	4.126	6.250
	<u>474.245</u>	<u>325.489</u>

Do valor total dos materiais em depósito, o montante de R\$12.198 (R\$40.675 em 31 de dezembro de 2011), representa material em depósito para atender as necessidades do Programa Luz para Todos e se refere principalmente a postes, transformadores, cabos, medidores, conversores de potência, dentre outros, para utilização nas obras em andamento.

Foi constituída uma provisão para perdas referente aos itens sem movimentação há mais de 180 dias, cujo saldo em 30 de setembro de 2012 é de R\$10.215 (R\$8.154 em 31 de dezembro de 2011). O saldo do intangível em curso está apresentado líquido dessa provisão.

	31/12/2011	Adições	30/09/2012
Provisão para perdas	<u>(8.154)</u>	<u>(2.061)</u>	<u>(10.215)</u>

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Amortização

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

11 Fornecedores

	<u>30/09/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Suprimento e encargos de conexão (a)		
CHESF	11.177	2.608
CCEE	1.273	-
Furnas Elétricas	17.879	3.963
CESP	6.551	1.514
COPEL	3.361	1.833
ELETRONORTE	4.326	1.321
CEMIG	5.721	735
Outros	46.651	59.134
Materiais e Serviços	130.273	96.408
Encargos de uso da rede elétrica (b)	19.656	18.427
Ressarcimento aos geradores - Energia Livre	245	245
Total	<u>247.113</u>	<u>186.188</u>

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Suprimento de energia e encargos de conexão:

Conforme o Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, que integra a nova legislação e que regulamenta o setor elétrico, a CEMAR negociou novos contratos para a Compra de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, conforme descrito a seguir:

ENERGIA CONTRATADA (*)	2012	2013	2014	2015	2016
Leilão Chesf	-	-	-	-	-
Produto 2005/2012	2.930.526	0	0	0	-
Produto 2006/2013	1.113.521	1.110.006	0	0	-
Produto 2007/2014	406.297	405.129	405.130	0	-
Produto 2008/2015	213.046	212.473	212.473	212.473	-
Proinfa	116.365	111.179	111.179	111.179	111.179
MCSD	108.953	46.387	29.253	-	-
Nova 2008/2022/2037	23.214	23.151	23.151	23.151	23.214
Nova 2009/2023/2038	97.840	97.572	97.572	97.572	97.839
Nova 2010/2024/2039	370.032	369.021	369.021	369.021	370.032
Leilão A-3	222.202	221.594	221.594	221.594	222.202
Leilão Fonte Alternativa	3.899	3.889	3.889	3.889	3.899
Leilão A-3 (2007)	57.096	56.940	56.940	56.940	57.096
Leilão A-3 (2008)	117.793	117.471	117.471	117.471	117.793
Leilão A-5 (2006)	163.015	162.569	162.569	162.569	163.015
Leilão A-5 (2007)	480.080	478.768	478.768	478.768	480.080
Leilão Santo Antonio	906	81.259	206.907	310.304	322.393
Leilão Jirau	0	68.187	127.280	178.163	212.269
Leilão A-5 (2008)	0	453.617	453.617	453.617	454.860
Leilão A-1	16.238	16.194	16.194	-	-
Leilão A-5 (2011)	-	-	-	-	501.914
TOTAL - MWh	6.441.023	4.035.406	3.093.008	2.796.711	3.137.785

(*) Informações não revisadas pelos Auditores Independentes

b. Encargo de uso da rede elétrica

Em 1999, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica assinaram com as 15 empresas transmissoras de energia e com o Operador Nacional do Sistema - ONS, órgão criado para conduzir o planejamento e a operação do sistema elétrico brasileiro, os Contratos de Uso do Sistema de Transmissão - CUST, os quais as obrigam a pagar pelo uso dos ativos de transmissão, devido à interligação de todo o sistema brasileiro de transmissão de energia elétrica.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Empréstimos e financiamentos

30/09/2012							
	Circulante			Não circulante			Total
	Principal e encargos	Custos de	Subtotal	Principal e encargos	Custos de Captação (*)	Subtotal	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Tesouro nacional	568	-	568	8.067	-	8.067	8.635
	568	-	568	8.067	-	8.067	8.635
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás	76.372	-	76.372	396.131	-	396.131	472.503
IFC	22.064	(267)	21.797	51.945	(614)	51.331	73.128
BNB	32.006	(273)	31.733	181.270	(1.093)	180.177	211.910
BNDES	96.734	(2)	96.732	146.909	-	146.909	243.641
FINEP	600	(3)	597	4.359	-	4.359	4.956
FINAME	2.166	-	2.166	14.044	-	14.044	16.210
Total	229.942	(545)	229.397	794.658	(1.707)	792.951	1.022.348
Total de empréstimos e	230.510	(545)	229.965	802.725	(1.707)	801.018	1.030.983
31/12/2011							
	Circulante			Não circulante			Total
	Principal e encargos	Custos de Captação (*)	Subtotal	Principal e encargos	Custos de Captação (*)	Subtotal	
MOEDA ESTRANGEIRA							
Tesouro nacional	634	-	634	7.631	-	7.631	8.265
	634	-	634	7.631	-	7.631	8.265
MOEDA NACIONAL							
Eletrobrás	61.221	-	61.221	407.632	-	407.632	468.853
IFC	25.914	(267)	25.647	72.722	(814)	71.908	97.555
BNB	23.324	(274)	23.050	205.682	(1.297)	204.385	227.435
BNDES	101.687	(3)	101.684	217.866	(2)	217.864	319.548
FINEP	581	(5)	576	4.809	(2)	4.807	5.383
FINAME	1.429	-	1.429	13.845	-	13.845	15.274
	214.156	(549)	213.607	922.556	(2.115)	920.441	1.134.048
Total de empréstimos e financiamentos	214.790	(549)	214.241	930.187	(2.115)	928.072	1.142.313

(*) Em atendimento a Deliberação nº 556, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o CPC 08, a Companhia apropriou os custos referentes à captação dos empréstimos a partir de 2008, no resultado em função de fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de setembro de 2012 a Companhia registrou o montante de R\$1.030.983 referente aos empréstimos e financiamentos, sendo R\$229.965 de curto prazo e R\$801.018 de longo prazo a um custo médio de 8,87%, equivalente a 94,02% CDI. (8,76%, equivalente a 75,56% CDI, em 31 de dezembro de 2011).

a. Escalonamento das parcelas de empréstimos e financiamentos vencíveis, não circulante

Em 30 de setembro de 2012, os empréstimos e financiamentos no longo prazo representam o montante de R\$801.018 (R\$928.072 em 31 de dezembro de 2011) e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	30/09/2012		31/12/2011	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	229.965	22%	214.241	19%
2013	57.267	6%	217.807	19%
2014	160.701	16%	165.057	14%
2015	158.911	15%	146.916	13%
2016	109.007	11%	95.928	8%
Após 2016	316.839	30%	304.479	27%
Total	802.725	78%	930.187	81%
Custo de Captação (Não circulante)	(1.707)		(2.115)	
Não Circulante	801.018	78%	928.072	81%
Total	1.030.983	100%	1.142.313	100%

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição por índice e moeda (não inclui custos com captação a apropriar)

Indexador	US\$ mil	R\$ mil	% de participação
Moeda estrangeira			
Pré-Fixado (USD)	2.685	5.452	63%
Libor semestral	1.568	3.183	37%
Total em setembro de 2012	4.253	8.635	100,00%
Total em 2011	4.406	8.265	

Indexador	R\$ mil	% de participação
Moeda Nacional		
IGP-M	174.219	17%
FINEL	30.662	3%
Pré-fixado - RGR	267.621	26%
CDI	74.008	7%
Pré-fixado: FNE	213.276	21%
TJLP	210.714	21%
Pré-fixado: (FINAME)	16.211	2%
Pré-fixado: (BNDES)	33.354	3%
Pré-fixado: (FINEP)	4.535	0%
Total em setembro de 2012	1.024.600	100%
Total em 2011	1.136.712	

A mutação de empréstimos e financiamentos - líquido é a seguinte:

	Moeda Nacional		Moeda Estrangeira		Total
	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	213.607	920.441	634	7.631	1.142.313
Ingressos	-	27.857	-	-	27.857
Encargos	61.823	-	292	-	62.115
Variação monetária e cambial	(2)	11.906	24	610	12.538
Transferências	167.154	(167.154)	174	(174)	-
Amortizações de principal	(153.361)	(99)	(368)	-	(153.828)
Pagamentos de juros	(66.184)	-	(188)	-	(66.372)
Compensação de dívida	6.360	-	-	-	6.360
Saldos em 30 de setembro de 2012	229.397	792.951	568	8.067	1.030.983

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Acompanhamento dos covenants dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela CEMAR possuem *covenants* financeiros, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até 30 de setembro de 2012, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

13 Debêntures

	30/09/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Principal e encargos	166.294	279.839	446.133	61.590	160.380	221.970

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	61.590	160.380	221.970
Ingressos	-	280.070	280.070
Custo de captação	(295)	(1.993)	(2.288)
Encargos	17.471	-	17.471
Variação Monetária	7	1.762	1.769
Transferências entre curto e longo	160.380	(160.380)	-
Amortizações de principal	(53.460)	-	(53.460)
Pagamentos de juros	(19.399)	-	(19.399)
Saldos em 30 de setembro de 2012	166.294	279.839	446.133

Em março de 2012, foi transferida para o curto prazo a terceira parcela de amortização da 3ª Emissão de debêntures, representando 60% do valor nominal emitido, com amortização prevista para 01 de março de 2013.

Quarta emissão debêntures

Em 22 de junho de 2012 encerrou-se a distribuição publicada 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da Companhia. Os recursos captados, no montante de R\$280.000, dividido em duas séries de R\$101.380 e R\$178.620, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da Companhia e aumento do capital de giro. Em 30 de setembro de 2012, a taxa efetiva dessa operação é de 10,56% ao ano.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Características da quarta emissão das debêntures

Número da emissão:	4ª emissão
Série:	1ª série
Data da emissão:	21/06/2012
Data de vencimento:	21/06/2018
Quantidade:	10.138 debêntures
Agente Fiduciário	Pentágono S.A - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Coordenador	Banco BTG Pactual S.A. e o Banco Itaú BBA S.A - ITAUCOR
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A.
Banco Escriurador	Itaú Corretora de Valores S.A - ITAUCOR
Montante da emissão:	R\$ 101.380
Espécie:	Quirografia
Tipo e forma:	Escritural e nominativa
Garantia:	As debêntures não contarão com quaisquer garantias reais ou fidejussórias
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Data de vencimento:	21/06/2018
Juros:	100% CDI
Spread	1,08% a.a.
Pagamento:	Semestralmente, a partir da data de emissão, no dia 21º dos meses de junho a dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 21º de dezembro de 2012 e o último pagamento em 21º de junho de 2018. As debêntures serão objeto de amortização do principal no final dos seguintes anos: 4º, 5º e 6º; conforme a regra mencionada abaixo:
Amortização programada:	21/06/2016 - 33,33% do valor nominal 21/06/2017 - 33,33% do valor nominal 21/06/2018 - 33,34% do valor nominal
Número da emissão:	4ª emissão
Série:	2ª série
Data da emissão:	21/06/2012
Data de vencimento:	21/06/2020
Quantidade:	17.862 debêntures
Agente Fiduciário	Pentágono S.A - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Coordenador	Banco BTG Pactual S.A. e o Banco Itaú BBA S.A
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A.
Banco Escriurador	Itaú Corretora de Valores S.A - ITAUCOR
Montante da emissão:	R\$178.620
Espécie:	Quirografia
Tipo e forma:	Escritural e nominativa
Garantia:	As debêntures não contarão com quaisquer garantias reais ou fidejussórias
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Data de vencimento:	21/06/2020
Juros:	IPCA
Spread	1,90% a.a.
Pagamento:	Anualmente, a partir da data de emissão, no dia 21º do mês de junho de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 21º de junho de 2013 e o último pagamento em 21º de junho de 2020. As debêntures serão objeto de amortização do principal no final dos seguintes anos: 6º, 7º e 8º; conforme a regra mencionada abaixo:
Amortização programada:	21/06/2018 - 33,33% do valor nominal 21/06/2019 - 33,33% do valor nominal 21/06/2020 - saldo do valor nominal

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Terceira emissão de debêntures

Em 28 de março de 2007, encerrou-se a distribuição pública da 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$267.300, destinaram-se, prioritariamente, para o pré-pagamento das dívidas existentes que apresentavam condições mais onerosas para a Companhia e, os recursos excedentes, para implementação do programa de investimentos da Companhia. Em 30 de setembro de 2012, a taxa efetiva dessa operação é de 9,98% ao ano (12,14% em 31 de dezembro de 2011).

Características da terceira emissão das debêntures

Número da emissão:	3ª emissão
Série:	Única
Data da emissão:	01/03/2007
Data de vencimento:	01/03/2013
Quantidade:	26.730 debêntures
Valor nominal:	R\$10
Montante da emissão:	R\$267.300
Espécie:	Subordinada
Tipo e forma:	Escritural e nominativa
Garantia:	Fiança prestada pela Equatorial Energia S.A. - Controladora da Emissora
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Data de vencimento:	01/03/2013
Juros:	105,8% do CDI
Pagamento:	Semestralmente, a partir da data de emissão, no dia 1º dos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 1º de setembro de 2007 e o último pagamento em 1º de março de 2013
Amortização programada:	As debêntures serão objeto de amortização do principal no final dos seguintes anos: 4º, 5º e 6º; conforme a regra mencionada abaixo: 01/03/2011 - 20% do valor nominal 01/03/2012 - 20% do valor nominal 01/03/2013 - 60% do valor nominal

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de setembro de 2012, as debêntures no longo prazo representam o montante de R\$279.839 e os seus vencimentos estão programados conforme descrito abaixo:

Vencimento	30/09/2012		31/12/2011	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	166.294	37%	61.590	28%
2013	-	-	160.380	72%
2014	-	-	-	-
2015	-	-	-	-
2016	33.793	8%	-	-
Após 2016	248.039	55%	-	-
Não circulante	281.832	63%	160.380	72%
Custo de Captação Não circulante	(1.993)			
Total	446.133	100%	221.970	100%

Acompanhamento dos covenants das debêntures

As debêntures emitidas pela CEMAR possuem *covenants* financeiros, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até 30 de setembro de 2012, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

14 Impostos e contribuições a recolher

Impostos e contribuições a recolher

	30/09/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ISS	1.583	1.081	2.941	946
Encargos sociais e outros	5.210	0	6.547	-
ICMS	33.004	0	30.746	-
PIS e COFINS	9.771	0	9.843	-
REFIS (a)	1.128	33.098	1.128	36.781
Total	50.696	34.179	51.205	37.727

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos sobre o lucro a recolher

	30/09/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão de IRPJ/CSLL	6.493	-	2.424	-
IRRF	317	-	456	-
Total	6.810	-	2.880	-

a. Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

Parcelamento de impostos - Lei nº 11.941/09

Em 28 de novembro de 2009, a controlada CEMAR aderiu ao parcelamento instituído pelo art. 1º da Lei nº 11.941/2009 importando a desistência compulsória e definitiva do Parcelamento Especial - PAES. Nos termos das normas aplicáveis ao novo parcelamento o saldo remanescente dos débitos consolidados do Parcelamento Especial - PAES foi parcelado em 180 meses. A consolidação de tais débitos foi concluída em 30 de setembro de 2011.

Os principais benefícios da adesão ao novo REFIS foram a redução de juros e multas no montante de R\$28.098, a possibilidade de saldar a parcela restante de juros e multas com a utilização de prejuízos fiscais, além do próprio desembolso de caixa parcelado. O montante incluído no REFIS foi de R\$73.813, sendo que R\$41.424 foram compensados com prejuízos fiscais, e o parcelamento efetivo que resultará em desembolsos futuros de caixa é de R\$34.226.

A referida dívida, no montante de R\$40.371 será quitada em até 180 parcelas, deste total foi pago R\$6.145 restando um saldo de R\$34.226.

15 Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/09/2012			31/12/2011		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis	31.107	5.797	25.310	31.147	25.756	5.391
Tributárias	141.991	138.924	3.067	120.156	117.273	2.883
Trabalhistas	27.875	34.846	(6.971)	27.022	8.233	18.789
Regulatórias	2.478	-	2.478	3.691	-	3.691
	203.451	179.567	23.884	182.016	151.262	30.754
Circulante	40.652	25.695	14.957	35.784	17.943	17.841
Não circulante	162.799	153.872	8.927	146.232	133.319	12.913
	203.451	179.567	23.884	182.016	151.262	30.754

Movimentação dos processos no período

	31/12/2011			30/09/2012		
	Saldo Inicial	Adição a provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	31.147	16.495	(15.959)	(2.372)	1.796	31.107
Tributárias	120.156	21.831	-	(2)	6	141.991
Trabalhistas	27.022	4.878	(4.277)	(1.058)	1.310	27.875
Regulatórias	3.691	353	-	(1.566)	-	2.478
	182.016	43.557	(20.236)	(4.998)	3.112	203.451

	31/12/2010			30/09/2011		
	Saldo Inicial	Adição a provisão	Utilização (1)	Estornos (2)	Atualização (3)	Saldo Final
Cíveis	31.343	16.302	(13.578)	(4.042)	4.103	34.128
Tributárias	94.242	13.256	7.411	(2.983)	451	112.377
Trabalhistas	27.963	7.186	(4.061)	(5.018)	1.566	27.636
Regulatórias	3.305	447	(153)	(6)	-	3.593
	156.853	37.191	(10.381)	(12.049)	6.120	177.734

(1) Gastos efetivos com contingências judiciais.

(2) Reversões realizadas no período.

(3) Atualizações monetárias.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Trabalhistas

Representada por 621 ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo a cobrança de horas-extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Cíveis

A Companhia figura como parte ré em 15.376 processos cíveis, sendo que 12.104 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por eletroplessão ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

As informações trimestrais findas em 30 de setembro de 2012 contemplam provisão de R\$ 31.107 (R\$31.147 em 31 de dezembro de 2011).

Tributárias

A Companhia figura como parte ré em 198 processos tributários.

Registra-se, ainda, que a Companhia continua monitorando o trâmite das ações de Prestação de Contas e indenizatória ajuizadas pelo município de São Luís contra a CEMAR, ambas decorrentes do convênio para cobrança da antiga Taxa de Iluminação Pública – TIP. Confirmando a alteração da probabilidade de perda (de provável para possível) em face da procedência, à unanimidade, de uma das ações rescisórias ajuizadas pela Companhia no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, reportamos que esta rescisória, que anulou a ação indenizatória do Município, transitou livremente em julgado, após a confirmação do STJ do acórdão.

A outra ação rescisória, ajuizada contra decisão proferida na ação de prestação de contas foi julgada, em desfavor da Companhia, no Tribunal de Justiça do Maranhão. Após a interposição de embargos de declaração com efeitos infringentes, o Tribunal de Justiça reverteu a decisão, julgando procedentes os pedidos formulados pela CEMAR. Apresentaremos novos Embargos de Declaração para que o Relator se manifeste quanto à condenação referente o pagamento de honorários de sucumbência arbitrado nos autos. Ainda cabe recurso pelo Município de São Luís para ser apreciado pelo STJ. Mesmo diante de tal possibilidade, a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia é de que não há risco de mudança do prognóstico do processo, visto que a jurisprudência tem sido favorável à tese defendida pela Companhia. O valor envolvido

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nesta causa é de R\$14.242.

As informações trimestrais findas em 30 de setembro de 2012 contemplam provisão de R\$141.991, para as causas tributárias (R\$120.156 em 31 de dezembro de 2011).

Além das perdas provisionadas acima, existem outras contingências cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação do Departamento Jurídico da CEMAR e seus assessores legais externos, como possível e remota, nos montantes de R\$110.036 e R\$20.796, respectivamente (R\$78.965 e R\$16.832, respectivamente em 31 de dezembro de 2011) para as quais não foi constituída provisão.

Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível são Taxa de Iluminação Pública, Portarias DNAEE e Quebra de Contrato, na esfera civil, execução fiscal de COFINS na esfera tributária e, ação cível pública questionando a terceirização de uma das empresas parceiras da CEMAR, reclamações trabalhistas, na esfera trabalhista.

A Companhia está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a Gerência Jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de “curto prazo”. Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado como de “longo prazo”.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	30/09/2012	31/12/2011
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	843	642
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	421	320
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	11.606	14.814
Programa de Eficiência Energética – PEE	19.264	21.822
Total	32.134	37.598
Circulante	16.559	14.293
Não circulante	15.575	23.305

Referem-se aos valores devidos e ainda não aplicados no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Elétrico - P&D, apurado nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 219, de 11 de abril de 2006 e no Programa de Eficiência Energética - PEE, apurado nos termos da Resolução Normativa da ANEEL nº 176, de 28 de novembro de 2005, alterada pela Resolução Normativa da ANEEL nº 215, de 28 de março de 2006. Os respectivos valores foram contabilizados no resultado.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R\$465.531 e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas Classe A	Ações preferenciais nominativas Classe B	Total	%
Equatorial Energia	105.120.627	768.695	1.008.683	106.898.005	65,11%
Eletrobras	54.017.048	459.387	609.069	55.085.504	33,55%
Outros	2.181.264	11.149	7.977	2.200.390	1,34%
	161.318.939	1.239.231	1.625.729	164.183.899	100,00%

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, são inconversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) para as de classe “A” e 10% (dez por cento) para as de classe “B”, calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do período a que se referir o dividendo.

b. Reserva de capital

Em atendimento a deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10, a Companhia possui registrado na Reserva de Capital o montante total de R\$674, referentes a opções outorgadas reconhecidas.

c. Reserva de lucros - Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social.

d. Reserva de lucros - Reserva de incentivos fiscais

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25%

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012 foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021.

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE no período findo em 30 de setembro de 2012 totaliza R\$46.918 (R\$44.820 em 30 de setembro de 2011), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75% no imposto de renda apurado pelo lucro real.

e. Reserva Estatutária de Reforço de Capital de Giro

Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do período, após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Seu valor total não excederá 100% do capital social da Companhia.

18 Dividendos

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Em 19 de março de 2012 foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, onde foi aprovada a declaração de dividendos propostos em R\$93.574 referentes ao exercício de 2011.

Esse montante corresponde a uma proposta de distribuição equivalente a 50% do lucro líquido de 2011, após dedução de reserva legal e reserva de incentivo fiscal, R\$12.375 e R\$47.978 respectivamente.

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 01 de janeiro de 2012	47.481
Dividendos adicionais propostos em 2011	46.787
Saldo em 30 de setembro de 2012	94.268

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Participação nos lucros

O programa de participação nos resultados, implantado em 2004, é corporativo e está atrelado ao resultado do EBITDA e diversos outros indicadores operacionais e financeiros da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, coordenadores e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia. Em 30 de setembro de 2012, o saldo provisionado de participação nos lucros era de R\$14.462 (R\$16.428 em 31 de dezembro de 2011).

20 Receita operacional bruta

Em 30 de setembro de 2012 e 2011, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	30/09/2012			30/09/2011		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.788.633	1.654.571	779.553	1.687.524	1.491.298	647.968
Industrial	9.215	355.237	134.001	9.720	331.940	120.176
Comercial	128.295	706.436	350.578	126.192	638.560	298.884
Rural	59.803	127.598	36.324	64.811	115.560	32.104
Poder público	21.695	217.360	106.575	20.858	193.402	88.897
Iluminação pública	784	262.779	72.608	627	244.602	63.165
Serviço público	5.165	205.835	76.804	4.767	196.268	69.693
Consumo próprio	374	5.897	-	250	5.107	-
Suprimento CCEE			7.997			25.408
Baixa renda			135.248			71.550
Receita de construção			459.307			329.942
Outras			22.380			22.079
Total	2.013.964	3.535.713	2.181.375	1.914.749	3.216.737	1.769.866

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21 Receita operacional líquida

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	30/09/2012	30/09/2011
Fornecimento de energia elétrica	1.651.802	1.389.910
Remuneração financeira WACC	39.891	2.527
Suprimento de energia elétrica	7.997	25.408
Receita de construção	459.307	329.942
Outras receitas	22.378	22.079
Receita operacional	2.181.375	1.769.866
ICMS sobre venda de energia elétrica	(265.322)	(224.014)
PIS e COFINS	(151.947)	(131.173)
Encargos do consumidor	(55.724)	(48.913)
Cota para RGR – Reserva Global de Reversão (a)	(31.820)	(15.565)
ISS	(969)	(710)
Encargo de capacidade emergencial	(3.159)	(4.267)
Deduções à receita operacional	(508.941)	(424.642)
Receita operacional líquida	1.672.434	1.345.224

- (a) O encargo Reserva Global de Reversão (RGR) foi criado pela Lei no 5.655, de 1971, com o objetivo de capitalizar um fundo, criado em 1957, por meio do Decreto no 41.019, para o pagamento de indenizações a empresas em caso de eventuais reversões à União de concessões de serviço público de energia elétrica. O valor das cotas anuais de RGR que são cobradas das concessionárias e permissionárias do setor elétrico é definido anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) com base no valor de seus ativos (instalações, máquinas e equipamentos) e levando em conta o tempo remanescente de sua concessão e a vida útil esperada dos ativos.

Medida Provisória 579

A Medida Provisória nº 579 que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, terá efeito na redução dos encargos setoriais, com isso a redução das tarifas de energia elétrica. Essa redução acontecerá com o fim da cobrança dos encargos de CCC e RGR, a e redução da CDE.

Deste modo, o efeito imediato da MP na CEMAR, após a revisão extraordinária prevista para fevereiro de 2013, será uma redução de receita e despesas no mesmo montante, não afetando os resultados da empresa.

Adicionalmente, a MP terá efeitos na renovação contrato de concessão da CEMAR, prevista para 2030 – a CEMAR, deveria se manifestar formalmente sobre a renovação em 2027 (contrato original), deverá antecipar sua posição para 2025, em função da MP.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22 Resultado operacional

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/Despesas Operacionais	30/09/2012			Total
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	
Pessoal	16.459	14.670	20.392	51.521
Material	3.800	3.381	728	7.909
Serviços de terceiros	45.728	67.864	39.086	152.678
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	2.918	-	2.918
Energia elétrica comprada para revenda	473.853	-	-	473.853
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	77.032	-	-	77.032
Custo de construção	459.307	-	-	459.307
Depreciação e amortização	48.600	-	-	48.600
Arrendamento e aluguéis	1.178	1.752	335	3.265
Outros	762	765	1.144	2.671
Total	1.126.719	91.350	61.685	1.279.754

Custos/despesas operacionais	30/09/2011			Total
	Custo do Serviço de Energia Elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	
Pessoal	17.228	14.052	23.071	54.351
Material	3.723	207	440	4.370
Serviços de terceiros	35.085	59.699	38.193	132.977
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	-	2.644	-	2.644
Custo de construção	329.942	-	-	329.942
Energia elétrica comprada para revenda	355.632	-	-	355.632
Encargos de uso do sistema de transmissão	64.492	-	-	64.492
Depreciação e amortização	61.867	-	-	61.867
Arrendamento e aluguéis	1.068	1.264	379	2.711
Outros	-2.187	2.989	-2.054	-1.252
Total	866.850	80.855	60.029	1.007.734

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 Resultado financeiro

	30/09/2012	30/09/2011
Rendas financeiras	26.446	26.562
Acréscimo moratório de energia vendida	53.170	46.534
Receitas financeiras	79.616	73.096
Variações monetárias e cambiais	(14.428)	(11.876)
Juros dos empréstimos e financiamentos	(75.968)	(66.977)
Outras	(24.192)	(31.591)
Despesas financeiras	(114.588)	(110.444)
Total	(34.972)	(37.348)

24 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	30/09/2012	30/09/2011
Numerador		
Lucro líquido do período	235.161	199.171
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	164.183.899	164.183.899
Lucro básico e diluído por ação	1,4323	1,2131

Em 30 de setembro de 2012 e 2011 não há diferenças entre o lucro por ação básico e diluído.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25 Entidade de previdência privada

a. Características do Plano de aposentadoria

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário - Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida, a partir de maio de 2006. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas em gozo do benefício em abril de 2006.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos Participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. No período findo em 30 de setembro de 2012, esse valor corresponde a R\$1.633 (R\$2.065 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia mantém registrado o valor de R\$ 17.555 (R\$20.956 em 31 de dezembro de 2012) na rubrica de "Outras contas a pagar" como suporte ao contrato de dívida com a FASCEMAR, o qual a Administração entende ser suficiente para cobrir o passivo atuarial calculado por seus atuários.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Riscos	Vencimento das Apólices	Importância Segurada
Riscos Operacionais	01/01/2013	169.684
Responsabilidade Civil Geral - Operações	01/01/2013	7.000
Seguro Garantia Judicial	(a)	34.908
Automóvel	31/01/2013	(b)

(a) 23 apólices com vencimentos entre outubro de 2012 a outubro de 2016.

(b) 73 veículos segurados.

A companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

27 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou o Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, consumidores, empréstimos e financiamentos, obrigações com debêntures, fornecedores, ativo de concessão, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (*covenants*).

b. Política de utilização de derivativos

A CEMAR não possui operações com derivativos até o momento. A Companhia entende que sua atividade fim não permite a utilização de derivativos com objetivos especulativos sendo possível, no entanto, sua utilização com a finalidade de evitar exposições a riscos, se necessário.

c. Valor justo dos instrumentos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão identificados a seguir:

Ativo	30/09/2012		31/12/2011	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	477.984	477.984	424.463	424.463
Consumidores	593.635	593.635	532.569	532.569
Ativo financeiro de concessão	382.466	382.466	79.214	79.214
Depósito Judicial	179.567	179.567	151.262	151.262
Total Ativo	1.633.652	1.633.652	1.187.508	1.187.508

PASSIVO	30/09/2012		31/12/2011	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	247.113	247.113	186.188	186.188
Empréstimos e financiamentos	1.030.983	1.030.983	1.142.313	1.142.313
Debêntures	446.133	457.646	221.970	224.476
Total Passivo	1.724.229	1.735.742	1.550.471	1.552.977

- **Caixa e equivalentes de caixa** – são classificadas como ativos financeiros com alta liquidez e não são mensuradas a valor justo. O valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial.
- **Consumidores** – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- **Ativo Financeiro de Concessão** – são classificados como empréstimos e

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

- **Fornecedores** – Decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** – os empréstimos e financiamentos têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados.
- **Debêntures** – são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da CEMAR são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros da CEMAR são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexadas ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco. Desta forma classificamos todos os nossos investimentos financeiros como equivalentes de caixa.

e. Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros

Os fatores de riscos abaixo descritos podem impactar a saúde econômico-financeira da Companhia ou sua operação. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da CEMAR define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

- **Risco de crédito** - Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de Consumidores constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em aberto e para mitigar o risco de inadimplência a Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

- **Risco de liquidez** - O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas 12 e 13.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam a Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

- **Riscos de mercado** – Os riscos de mercado estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas, taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos abaixo.
- **Risco cambial** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição da CEMAR ao câmbio é de 0,58% de sua dívida. A CEMAR monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A CEMAR possui uma única dívida em moeda estrangeira, com baixa representatividade no endividamento global da Companhia, derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A sensibilidade desta dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

verificadas 30 de setembro de 2012 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluimos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Risco de Variação Cambial						(R\$)
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Passivos financeiros						
STN	USD	20	(2.022)	(4.063)	2.061	4.103
Referência para passivos financeiros		Taxa em 30/09/2012	25%	50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$		2,03	2,54	3,05	1,52	1,02

- **Risco de vencimento antecipado** - A CEMAR possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 12 (Empréstimos e financiamentos) e nº 13 (Debêntures).
- **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros** - As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no Endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 30 de setembro de 2012 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluimos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	8.900	11.125	13.350	6.675	4.450
PASSIVOS FINANCEIROS						
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e Confissão de Dívida						
ECF - 2034/00	FINEL	(608)	(688)	(767)	(529)	(449)
ECF - 1510/97	FINEL	(9)	(10)	(10)	(8)	(7)
ECF - 1639/97	FINEL	(91)	(101)	(111)	(81)	(72)
ECF - 1645/97	FINEL	(18)	(20)	(22)	(17)	(15)
ECF -1960/99	IGP-M	(6.331)	(9.207)	(12.083)	(3.454)	(578)
ECF - 1907/99	FINEL	(12)	(13)	(15)	(10)	(9)
ECF - 1908/99	FINEL	(79)	(90)	(101)	(68)	(57)
FASCEMAR	CDI	(472)	(748)	(1.025)	(195)	81
FINEP	TJLP	(55)	(106)	(158)	(3)	49
BNDES DIRETO (sub-crédito A)	TJLP	(1.206)	(1.851)	(2.496)	(561)	83
BNDES DIRETO (sub-crédito B)	TJLP	(1.357)	(2.002)	(2.647)	(712)	(67)
IFC	CDI	(1.233)	(2.266)	(3.300)	(200)	834
BNDES II	TJLP	(432)	(607)	(782)	(257)	(82)
BNDES PEC	TJLP	(1.942)	(2.666)	(3.389)	(1.219)	(495)
DEBENTURES 3ª EMISSAO	CDI	(3.311)	(5.938)	(8.566)	(683)	1.944
DEBENTURES 4ª EMISSAO - 1º Série	CDI	(2.228)	(3.821)	(5.413)	(636)	956
DEBENTURES 4ª EMISSAO - 2º Série	IPCA	(4.309)	(6.591)	(8.872)	(2.028)	253
Referência para ATIVOS e PASSIVOS FINANCEIROS		Taxa em 30/9/2012	+ 25%	+ 50%	- 25%	- 50%
CDI (% ano)		6,59	8,24	9,89	4,94	3,30
TJLP (% ano)		4,34	5,43	6,52	3,26	2,17
IGP-M (% ano)		7,09	8,86	10,63	5,32	3,54
IPCA (% ano)		5,28	6,60	7,92	3,96	2,64

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da companhia é demonstrado abaixo:

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido		R\$ Mil	
Cenários		Impacto no Resultado	Impacto no Lucro
Cenário Provável		-	-
Cenário II		(12.848)	(12.848)
Cenário III		(25.695)	(25.695)
Cenário IV		12.848	12.848
Cenário V		25.695	25.695

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Risco de Escassez de Energia** - O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

f. Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida / EBITDA
- Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo / Dívida Total

No período findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia atingiu os indicadores mencionados acima.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

Energia Contratada	Vigência	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
	2012 a 2042	625.198	480.550	409.538	395.678	406.202	16.443.746

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

29 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

Todas as decisões tomadas pela Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de Administração

Alessandro Monteiro Morgado Horta

Ana Marta Horta Veloso

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Francisco Carlos Campos

Gilberto Sayão da Silva

José Carlos Muniz de Brito Filho

Lídce Almeida Silva

Conselho Fiscal

Efetivos

Carlos Eduardo Martins e Silva

Denise da Cunha D'Angelo Palácio

Felipe Sousa Bittencourt

Paulo Roberto Miguez Bastos da Silva

Sérgio Passos Ribeiro

Companhia Energética do Maranhão – CEMAR

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Carla Ferreira Medrado
Diretora

José Jorge Leite Soares
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Gerência de controladoria

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Gerente de Controladoria
CPF: 988.286.903-30

Geovane Ximenes de Lira
Contador
CRC PE-012996-O-S-MA